

O Haiti antes e depois do terremoto

Federico Neiburg

Publicado em *O Globo*, 24 de janeiro de 2010, p. 34

O Brasil é um ator no drama haitiano desde 2004, quando passou a chefiar a Missão da ONU para a Estabilização de Haiti (MINUSTAH). A responsabilidade do país na conjuntura atual é ainda mais importante. Para discuti-la seriamente é crucial ter um diagnóstico da situação, conhecer o Haiti de antes do terremoto. Três elementos que o drama atual coloca em evidência de forma exacerbada não são novidade: o peso das forças estrangeiras (outros países, entidades multilaterais, ONGs), a denúncia da ausência do Estado haitiano, e a necessidade urgente de ajuda à população local. A relação entre esses elementos constituiu um sistema de produção de pobreza e desigualdade que se retroalimenta no país há décadas. Sem levar isso em consideração o debate público sobre o futuro do Haiti estará mal colocado e as políticas da comunidade internacional (dos governos, das agências multilaterais e da sociedade civil), por mais bem intencionadas que sejam, correm o risco, mais uma vez, de fracassar ou de atingir objetivos limitados e pouco sustentáveis, contribuindo para a reprodução do drama humano que a fúria da natureza parece hoje ter potenciado a níveis dantescos.

Sabe-se que a crise haitiana é de longa data e que ela se agravou de forma notável após o fim da ditadura dos Duvalier (1957-1986). Governos instáveis, golpes militares, milícias armadas, bloqueios internacionais e intervenções estrangeiras produziram o colapso do Estado, da infraestrutura, da economia e do meio ambiente, criando a necessidade imperiosa de ajuda humanitária. Muitas das imagens veiculadas pela mídia para descrever a tragédia destes dias, poderiam ser de antes do terremoto. Porto Príncipe já era uma cidade quase sem eletricidade e sem água. O abastecimento alcançava uma porção ínfima da população, só alguns bairros, poucas horas por dia, alguns dias da semana. No cair do sol, as ruas e avenidas ficavam iluminadas pelas velas dos vendedores ambulantes, não havia iluminação pública. As ruas cheias de gente, engarrafadas (sem sinais de policiais nem de roubos, diga-se de passagem), explicam-se pelo fato de que as pessoas procuram meios de vida andando, comprando, vendendo e trocando. Em Porto Príncipe, antes do terremoto, segundo algumas estimativas, o desemprego chegava a 80 %. Os dois principais itens do PIB do país eram as divisas geradas pela cooperação internacional e pelas remessas enviadas pelos haitianos da diáspora. A crise alimentar já era gravíssima. Por um efeito combinado dos embargos internacionais, da abertura irrestrita do mercado interno e da crise ecológica, 80 % dos alimentos consumidos eram importados.

A concorrência entre as forças externas que intervêm no país (colocada de manifesto nesses primeiros dias após o terremoto) tampouco é novidade. No século XIX o Haiti jogou um importante papel na disputa entre potências como França, Espanha, Inglaterra e os Estados Unidos. A França proclama até hoje “laços históricos” com a antiga colônia. Os Estados Unidos, que já ocuparam o Haiti entre 1915 e 1936 e na década de 1990, até hoje, mais de vinte anos após o fim da guerra fria, mantém naquele miserável país uma das embaixadas mais grandes do mundo (a terceira, depois do México e do Iraque). Segundo dados oficiais, nela trabalham pelos menos 3000 funcionários, quase o triplo que o efetivo militar brasileiro da MINUSTAH.

Com argumentos que vão da importância da imigração haitiana nos Estados Unidos até razões de “segurança nacional”, quem se encarregava de cuidar do Haiti dentro da administração americana era o Departamento de Segurança Interior e não a Secretaria de Estado, responsável pelas relações exteriores, como se o Haiti fosse parte do território norte-americano. Antes do terremoto, estava claro que, às vezes de forma coordenada e muitas outras em tensa concorrência, duas forças político militares atuavam no Haiti: a ONU e os Estados Unidos.

Nas centenas de instituições humanitárias, como nas instancias do governo e na infinidade de associações comunitárias, havia no Haiti milhares de pessoas bem intencionadas, generosas, solidárias, que desenvolviam idéias ousadas, aproveitando a energia fantástica da população e, nos últimos anos, a grande novidade da estabilidade política e da redução da violência – não só devido à presença da MINUSTAH mas também às ações de organizações da sociedade civil, inclusive do exterior, como a brasileira Viva Rio. A onda de solidariedade criada nesses dias está ancorada em décadas de trabalho comunitário. Além da perda alucinante de vidas humanas, o terremoto destruiu uma infinidade de iniciativas e projetos bem sucedidos, agravando com isso a penúria ocasionada pelo desastre.

Diferentemente do estereotipo negativo que pesa sobre o Haiti há pelos menos 200 anos (quando os escravos de Saint Domingue ousaram desafiar os cânones da época se declarando sujeitos políticos autônomos e fundaram a nação), e ao contrário das dificuldades evidentes em organizar a vida política nacional e a administração pública de forma transparente e eficiente, a população sempre esteve ansiosa por construir formas alternativas de vida coletiva. Os haitianos possuem uma riquíssima tradição de organização comunitária: comitês, associações, redes de famílias extensas, garantem a sobrevivência das pessoas, o suprimento de alimentos, o funcionamento de escolas, a ajuda em caso de necessidade. É esse caldo social da solidariedade o que permite compreender como não há mais violência diante da catástrofe de hoje, das pilhas de cadáveres, das centenas de milhares de desaparecidos, desabrigados e feridos, da escassez ainda maior de produtos de primeira necessidade, da demora na chegada da ajuda humanitária.

A dor infinita produzida por esta catástrofe exige pensar seriamente o futuro do Haiti. Boa parte das razões do drama haitiano que o terremoto colocou em escala incomensurável estava presente antes. É preciso aceitar que nesse momento (e por um prazo que infelizmente hoje é mais do que nunca indeterminado) a vida haitiana não está organizada segundo o paradigma do estado soberano. Isso obriga a definir novas atribuições da comunidade internacional, criando (o que falta!) órgãos executivos com poder de decisão (por exemplo, os Estados Unidos tem que reconhecer a ONU ou assumir que pretendem mandar no país, sem eufemismos). Mas não se trata de forma alguma de negar o direito do povo haitiano a gerir seu próprio futuro. Ao contrario, as associações e as lideranças políticas e comunitárias têm que participar do desenho de formas novas de gestão da vida coletiva. A avaliação das ações passadas e o plano das ações futuras da MINUSTAH, do governo brasileiro e da sociedade civil do nosso país no Haiti, precisam de uma discussão clara e sem hipocrisias do que está em jogo nessa hora.

Federico Neiburg – Antropólogo, pesquisador do CNPq, professor no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ. Desenvolve pesquisas no Haiti há três anos, em colaboração com o Instituto Interuniversitário de Pesquisas e Desenvolvimento (INURED, Haiti) e com a organização brasileira Viva Rio (fneiburg@terra.com.br)